

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco



Ano XCVI • Nº 91

Poder Legislativo

Recife, sábado, 25 de maio de 2019

## Frente discute PEC que dá poder a comissões de apresentar emendas ao Orçamento

Aperfeiçoamento do FEM também foi outro assunto analisado durante encontro

Parlamentares e representantes de diversos municípios debateram, ontem, sugestões de aperfeiçoamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 04/2019. Aprovada em Primeira Discussão em abril, a medida estende às Comissões Permanentes da Casa a prerrogativa de emendar o Orçamento. A audiência pública foi realizada pela Frente Parlamentar da Execução dos Orçamentos Federal e Estadual, criada em março e coordenada pelo deputado Alberto Feitosa (SD).

Além de prever a apresentação de emendas impositivas pelos colegiados, a PEC estabelece percentuais para a participação do Poder Legislativo no Orçamento Estadual. O texto indica a reserva de 0,4% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para financiar essa nova modalidade de emenda e aumenta de 0,4% para 0,8% da RCL o percentual a ser destinado às sugestões individuais dos deputados. Desde 2013, as emendas parlamentares são de execução obrigatória.

O assunto foi introduzido de forma técnica pela Consultoria Legislativa da Casa (Consuleg), que expôs as diferenças entre a execução das emendas parlamentares estaduais e federais. “Hoje, a Constituição Estadual, diferentemente da Federal, não fixa percentual para os valores das emendas parlamentares. Há sempre negociação ano a ano”, explicou o consultor Alexandre Vasconcelos. Pela PEC, o montante reservado aos dois tipos de



FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

DEBATE - Audiência pública foi realizada pela Frente Parlamentar da Execução dos Orçamentos Federal e Estadual, criada em março

emenda (0,8% da RCL para as individuais mais 0,4% para as de comissões) é inferior ao que é estabelecido em âmbito federal. Hoje, os congressistas têm direito a 1,2% da RCL da União para as emendas individuais (Art. 166 da Constituição Federal).

De acordo com levantamento realizado pela Consuleg, apesar da obrigatoriedade, as emendas não têm sido totalmente executadas. Em 2014, foram garantidos 49%. No ano seguinte, foi atingido o maior percentual histórico, 59%. Contudo, houve quedas nos anos seguintes. Até este mês, apenas 6% do que foi previsto para o ano passado foi executado. Os cálculos mostram que, se a PEC valesse para 2020, o valor da emenda parlamentar individual passaria de R\$ 1.563 milhão para R\$ 3.776 milhão.



FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

FEITOSA - “Foco é fortalecer Poder Legislativo”

O deputado Alberto Feitosa pontuou entraves para a execução das emendas parlamentares e as consequências para os municípios. “Tem havido um baixo fluxo de chegada aos cofres municipais, mas a Casa não tem ficado inerte. Ao contrário, tem buscado ir além com a apresen-

tação dessa PEC”, declarou. Disse, ainda, que “a Frente foi criada com o objetivo de empreender esforços para fazer chegar aos municípios os repasses dos Governos Estadual e Federal”.

Outros deputados têm defendido a aprovação do texto em segunda discussão.

“Além de elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo, com a PEC poderemos também ajudar as cidades, que estão passando por dificuldades financeiras”, avaliou João Paulo Costa (Avante). Destacando que “o objetivo é assegurar melhoria de vida para todos os pernambucanos”, Henrique Queiroz Filho (PR) observou que “a PEC garantirá investimentos muito maiores para os municípios”.

No mesmo sentido discursou Romero Sales Filho (PTB) e Gustavo Gouveia (DEM). “O cargo público mais difícil de exercer hoje é o de prefeito”, opinou o democrata. Sales aproveitou para convocar os prefeitos a cobrar a aprovação da PEC: “Precisamos unir forças”.

Já Diogo Moraes (PSB) fez observações para modificar o texto. “Defendemos o

escalonamento do percentual atrelado à receita, porque não adianta colocar um valor alto se não for possível executar”, advertiu. Enfatizou também que “é importante a estipulação de prazos mais claros, com datas fixadas, na PEC”. Algumas modificações à proposta já foram apresentadas por outros parlamentares, uma emenda e dois substitutos. Em razão desses dispositivos, a PEC voltará a ser apreciada pela Comissão de Justiça.

Representante da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), Vavá Rufino, prefeito de Moreno, considerou positiva a matéria. “O mundo passa hoje por um processo de transformação, com o fim da centralidade política e da ‘era dos castelos’”. Com a PEC, a Alepe está fazendo uma migração de práticas do velho poder para o novo poder”, declarou, fazendo referência ao livro *O Novo Poder*, que recomendou aos participantes. Prefeito de Feira Nova, Danilson Gonzaga sugeriu a criação de mecanismos de monitoramento das emendas e do FEM. “Essa é uma pauta de interesse municipalista. Deveria haver mais prefeitos aqui. Acho que a Amupe deveria ter feito uma mobilização maior”, afirmou.

Feitosa analisou positivamente o encontro, destacando que “cumpru a função de estabelecer um canal de diálogo da Casa com os municípios, explicando informações sobre o Orçamento”. Frisou, ainda, que “a Frente Parlamentar e a PEC não têm coloração partidária”. “O foco é fortalecer o Poder Legislativo”, assegurou.

**Editais****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
REUNIÃO ORDINÁRIA**

Convoco, nos termos do art. 118, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados ALBERTO FEITOSA (SD), GUSTAVO GOUVEIA (DEM), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), JOÃO PAULO (PC do B), JOÃO PAULO COSTA (AVANTE), PRISCILA KRAUSE (DEM), ROMÁRIO DIAS (PSD), TONY GEL (MDB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes ALESSANDRA VIEIRA (PSDB), ANTÔNIO MORAES (PP), DIOGO MORAES (PSB), JOAQUIM LIRA (PSB), JOSÉ QUEIROZ (PDT), LUCAS RAMOS (PSB), ROGÉRIO LEÃO (PR), ROMERO SALES FILHO (PTB) e TERESA LEITÃO (PT), para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às 9:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 28 (vinte e oito) de maio, terça-feira, do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

**DISTRIBUIÇÃO:****I)PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:**

**1)Projeto de Lei Ordinária nº 248/2019**, de autoria do Deputado Diogo Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual das Costureiras, dos Costureiros e Alfaiates)

**2)Projeto de Lei Ordinária nº 249/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a proibição de descarte de aves nos estabelecimentos avícolas de postura comercial, através de trituração, sufocamento ou qualquer outro meio cruel de abate, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

**3)Projeto de Lei Ordinária nº 250/2019**, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de instituir medidas adicionais com a mesma finalidade.)

**4)Projeto de Lei Ordinária nº 251/2019**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em espetáculos artístico-culturais e esportivos realizados no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

**5)Projeto de Lei Ordinária nº 252/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a criação do Projeto “Adote uma Lixeira” e dá outras providências.)

**6)Projeto de Lei Ordinária nº 253/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a destinação de percentual de valor arrecadado anualmente com multas de trânsito no âmbito do Estado de Pernambuco para a área da segurança pública e dá outras providências.)

**7)Projeto de Lei Ordinária nº 254/2019**, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para alterar o art. 149-B.)

**8)Projeto de Lei Ordinária nº 255/2019**, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Muda a nomenclatura de Agente de Apoio socioeducativo para Agente de Segurança Socioeducativo e dá outras providências)

**9)Projeto de Lei Ordinária nº 256/2019**, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 13.698, de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a exploração da utilização das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado de Pernambuco, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas públicas, sociedades de economia mista, entes da administração direta ou indireta ou particulares, e estabelece providências correlatas, para instituir proibição de propagandas atinentes a bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado de Pernambuco.)

**10)Projeto de Lei Ordinária nº 257/2019**, de autoria do Deputado Clovis Paiva (Ementa: Define a pega de boi no mato, cavalgada e cavalhada como práticas esportivas e culturais, criando as suas regras, estabelecendo normas de realização dos eventos, do bem-estar animal, além de definir procedimentos e estabelecer diretrizes garantidoras do bom andamento dos esportes, através do controle e prevenção sanitário-ambientais, higiênico-sanitárias e de segurança para os animais e para o público em geral, bem como dá outras providências)

**11)Projeto de Lei Ordinária nº 258/2019**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008, que Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE.)

**12)Projeto de Lei Ordinária nº 259/2019**, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Institui a Manta de Carne de Petrolina como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

**13)Projeto de Lei Ordinária nº 261/2019**, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Dispõe sobre ampliação de transparência e publicidade no patrocínio de eventos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas)

**14)Projeto de Lei Ordinária nº 262/2019**, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa (Ementa: Institui o banco de informações de veículos automotores que tenham sido objeto de roubo ou furto e posteriormente recuperados pelo poder público.)

**15)Projeto de Lei Ordinária nº 263/2019**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da cientificação sobre a possibilidade da entrega legal e responsável da geratriz, de seu filho para adoção e dá outras providências.)

**16)Projeto de Lei Ordinária nº 264/2019**, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Dispõe sobre a inclusão no currículo das escolas da rede pública e privada de ensino a disciplina de Direito Constitucional.)

**17)Projeto de Lei Ordinária nº 265/2019**, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Fica proibido no Estado de Pernambuco o uso de patinete motorizado, como meio de transporte em ruas, ciclovias e calçadas, até que se tenha uma regulamentação desse meio de transporte.)

**18)Projeto de Lei Ordinária nº 266/2019**, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual do Samba.)

**19)Projeto de Lei Ordinária nº 267/2019**, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, incluindo telefone móvel, produtos eletrônicos, embalagem plástica e medicamentos na logística reversa.)

**20)Projeto de Lei Ordinária nº 268/2019**, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 14.582, de 21 de março de 2012, que obriga as instituições financeiras e demais administradoras de cartões de crédito a emitirem seus produtos na linguagem braille, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Adalto Santos, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de fornecimento de contratos em Braille.)

**21)Projeto de Lei Ordinária nº 269/2019**, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre diretrizes de educação e de segurança para comercialização de patinetes, ciclos e similares, elétricos ou não, acionados por plataformas digitais no Estado de Pernambuco.)

**22)Projeto de Lei Ordinária nº 270/2019**, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Institui a Política Estadual de Atenção aos Portadores de Doenças Raras, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

**23)Projeto de Lei Ordinária nº 271/2019**, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Feira e Exposição de Caprinos e Ovinos de Rajada - Expo Rajada.)

**24)Projeto de Lei Ordinária nº 272/2019**, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera a Lei 10.643 de 5 de novembro de 1991, que regulamenta o art. 234, da Constituição Estadual e dá outras providências, para assegurar a reserva de vagas gratuitas nos transportes coletivos intermunicipais de passageiros à pessoas idosas.)

**25)Projeto de Lei Ordinária nº 273/2019**, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a proteção do consumidor pernambucano em relação às práticas abusivas por parte de prestadoras de serviços de telecomunicações)

**II)PROJETO DE RESOLUÇÃO:**

**1)Projeto de Resolução nº 260/2019**, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Sebastião Alves dos Santos)

**DISCUSSÃO:****I)PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:**

**1)Projeto de Lei Ordinária nº 108/2019**, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Determina o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras na rede de saúde pública e privada do Estado de Pernambuco e dá outras providências..) **Relator: Deputado Alberto Feitosa**

**2)Projeto de Lei Ordinária nº 117/2019**, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas famílias e acompanhantes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.) **Relator: Deputado Waldemar Borges**

**3)Projeto de Lei Ordinária nº 230/2019**, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o “Abril Marrom”) **Relator: Deputado Romário Dias**

**II)PROJETO DE RESOLUÇÃO:**

**1)Projeto de Resolução nº 260/2019**, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Sebastião Alves dos Santos)

Recife, 24 de maio de 2019  
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

**DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
PRESIDENTE**

**PODER LEGISLATIVO**

**MESA DIRETORA: Presidente**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2º Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins filho; **3º Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Ivone Maria da Silva; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enaelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Helena Castro de Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alcécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: [scm@alepe.pe.gov.br](mailto:scm@alepe.pe.gov.br).

**Ordem do Dia**

**QUINGUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2019, ÀS 14:30 HORAS.**

**ORDEM DO DIA**

**Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 285/2019**  
**Autora: Comissão de Redação Final**  
**(Discussão Encerrada)**

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 99/2019, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a concessão de remissão e anistia de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos pela legislação tributária estadual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

**DIÁRIO OFICIAL DE – 23/05/2019**

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1234/2019**  
**Autora: Deputada Alessandra Vieira**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Saúde e ao Secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco no sentido de viabilizarem solução dos débitos da contrapartida estadual no financiamento do SUS ao Município de Caruaru.

**Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>**

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1239/2019****Autora: Deputada Alessandra Vieira**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco no sentido de viabilizarem a construção de uma Barragem no Sítio Baixo, na terra do Senhor Benvino, ao lado da terra de Dona Nega de Arminda no Município de Santa Maria do Cambucá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1270/2019****Autora: Deputada Roberta Arraes**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Administração do Estado e ao Diretor-Presidente da PerPart no sentido de agilizar a regularização fundiária, a entrega das escrituras, levantamento topográfico e cadastramento social para beneficiar aproximadamente 565 lotes dos moradores do bairro Vale das Pedreiras, localizado no município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1271/2019****Autor: Deputado Antonio Coelho**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco, ao Presidente do DER no sentido de incluírem no programa "Caminhos de Pernambuco" a Rodovia PE-96, viabilizando o recapeamento dessa importante rodovia estadual, que inicia no trevo da BR101, no município de Palmares até o trevo da PE-60 no município de Barreiros, interligando o município de Água Preta a estes dois municípios, no Estado de Pernambuco, numa extensão de 52,50Km.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1272/2019****Autor: Deputado Antonio Coelho**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de viabilizarem a implantação de uma Escola de Ensino Médio de Tempo Integral - EREM no Bairro Mandacaru, na cidade de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1273/2019****Autor: Deputado Clovis Paiva**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado, ao Diretor Presidente do DER/PE no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico da PE-96, trechos que ligam os municípios de Palmares a Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1274/2019****Autor: Deputado Marco Aurélio Meu Amigo**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito da Cidade de São Lourenço da Mata e ao Secretário de Defesa Social no sentido de viabilizarem o aumento do policiamento ostensivo, na rodovia PE-05 que envolve o trecho do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI) da UFRPE - KM 25 em Tiúma, São Lourenço da Mata/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1275/2019****Autor: Deputado Marco Aurélio Meu Amigo**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Diretor-Presidente da EMLURB no sentido de viabilizarem a pavimentação da Avenida Monte Alegre – UR2, COHAB, Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1276/2019****Autor: Deputado Joel da Harpa**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado no sentido de estender o Colégio da Polícia Militar (CPM) ao município de Garanhuns, a fim de atender os dependentes dos Policiais e Bombeiros Militares, e, conforme regras estabelecidas do CPM, atender a sociedade civil desta localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1277/2019****Autor: Deputado Joel da Harpa**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado no sentido de estender o Colégio da Polícia Militar (CPM) ao município de Goiana, a fim de atender os dependentes dos Policiais e Bombeiros Militares, e, conforme regras estabelecidas do CPM, atender a sociedade civil desta localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1278/2019****Autor: Deputado Joel da Harpa**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado no sentido de estender o Colégio da Polícia Militar (CPM) ao município de Caruaru, a fim de atender os dependentes dos Policiais e Bombeiros Militares, e, conforme regras estabelecidas do CPM, atender a sociedade civil desta localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1279/2019****Autor: Deputado Henrique Queiroz Filho**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Secretário de Desenvolvimento Agrário de Pernambuco e ao Diretor Presidente do IPA/PE no sentido de viabilizarem a reforma do galpão da CEASA do Povoado Borracha, no município de Vicência.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1280/2019****Autor: Deputado Gustavo Gouveia**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem a implantação de um Destacamento da Polícia Militar no Distrito de Ameixas, no município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1281/2019****Autor: Deputado Gustavo Gouveia**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Salgadinho, no Agreste Setentrional do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno da Indicação nº 1282/2019****Autor: Deputado Gustavo Gouveia**  
**(Discussão Encerrada)**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o Município de Paudalho, na Mata Norte do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 499/2019****Autor: Deputado Isaltino Nascimento**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos em homenagem póstuma à vida e obra do ex-Deputado Federal por Pernambuco, Fernando Coelho (*in memoriam*).

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 500/2019****Autor: Deputado Joaquim Lira**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos ao Engarrafamento Pitu pelo recebimento do Selo Verde, categoria ouro, da Ecolmeia, organização ambiental, dia 16 de maio do corrente, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 501/2019****Autor: Deputado Joaquim Lira**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos ao cineasta Djalma Andrade pelo lançamento do curta documentário: *A Hecatombe do Rosário*, no dia 17 de maio de 2019, no município de Vitória de Santo Antão, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 502/2019****Autora: Deputada Simone Santana**  
**(Discussão Encerrada)**

**Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 19 de junho de 2019, em homenagem aos 10 anos do CRC - Centro de Recondicionamento de Computadores do Recife.**

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 503/2019****Autora: Deputada Roberta Arraes**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos pela realização da 14ª edição da CAPRISHOW, ocorrida de 16 a 19 de maio do corrente ano, no município de Dormentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 504/2019****Autora: Deputada Roberta Arraes**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos a Maria Luiza Mota da Silva, conhecida como Irmã Maria Luiza, em reconhecimento a sua honrosa atuação como Religiosa Consagrada, durante 25 anos, sempre contribuindo com ações em benefício da população de Araripina e adjacências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 505/2019****Autor: Deputado Marco Aurélio Meu Amigo**  
**(Discussão Encerrada)**

Voto de Aplausos ao jornalista Magno Martins pelo seu retorno ao Jornal Folha de Pernambuco, no qual, ele assinará uma coluna sobre os bastidores da política nacional e local.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 506/2019****Autor: Deputado Isaltino Nascimento**  
**(Discussão Encerrada)**

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa a matéria da Jornalista Eduarda Barbosa, publicada no dia 11 de maio de 2019, no caderno especial Mercado, que trata do mercado de orgânicos e do aumento significativo do mercado produtor desses gêneros alimentícios.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Votação em Único Turno do Requerimento nº 507/2019****Autor: Deputado Isaltino Nascimento**  
**(Discussão Encerrada)**

**Solicita que seja realizada uma Audiência Pública, no seio da Comissão de Saúde e Assistência Social, com dia e horário a serem definidos, para debater a possibilidade de redução em 90% das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho, pelo Governo Federal.**

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2019

**Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019****Autor: Poder Executivo**

Ratifica Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de BAHIA, MARANHÃO, PERNAMBUCO, CEARÁ, PARAÍBA, PIAUI, RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS e SERGIPE, para a constituição de consórcio interestadual com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na Região Nordeste.

**Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Comissões.****Dispensado o Interstício na Forma Regimental.****DIÁRIO OFICIAL DE – 05/04/2019****REPUBLICADO EM – 09/04/2019**

**Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 181/2019**  
**Autor: Poder Executivo**

Altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.

**Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria do Poder Executivo.**

**Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.**

**DIÁRIO OFICIAL DE - 18/04/2019**

**Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 182/2019**  
**Autor: Poder Executivo**

Autoriza SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade.

**Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 12ª Comissões.**

**DIÁRIO OFICIAL DE - 18/04/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1283/2019**  
**Autor: Deputado Wanderson Florêncio**

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Presidente da EMLURB no sentido realizarem os serviços de drenagem e pavimentação na Rua Luiz Guimarães, entre o trecho da rua Dr. Carlos Seixas, 515 e da Rua Jorge de Albuquerque, 630, no bairro do Poço da Panela na Cidade do Recife.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1284/2019**  
**Autor: Deputado Professor Paulo Dutra**

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos e ao Diretor Geral do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico (CBUQ), acostamentos e sinalização da PE-365, principalmente na entrada do município de Triunfo.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1285/2019**  
**Autor: Deputado Professor Paulo Dutra**

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagens – DER no sentido de viabilizarem com urgência melhoria do recapeamento asfáltico (CBUQ), acostamentos e sinalização da PE - 350 principalmente na entrada do município de Triunfo.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1286/2019**  
**Autor: Deputado Antonio Fernando**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Casa Civil, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, ao Secretário da Fazenda, ao Secretário de Planejamento e Gestão, ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Diretor Presidente da AD-DIPER e ao Diretor Presidente do ITEP/OS no sentido que seja efetuado um Projeto de Implantação de um Parque para Geração de Energia Solar, no município de Ouricuri.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1287/2019**  
**Autora: Deputada Fabíola Cabral**

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretária Estadual de Infraestrutura e Recursos Hídricos no sentido de possibilitar a reabertura do retorno sentido circulação Camaragibe/Aldeia, na interseção da PE-05 e PE-027 município de Camaragibe.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1288/2019**  
**Autora: Deputada Fabíola Cabral**

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária Estadual de Infraestrutura e Recursos Hídricos no sentido de possibilitar a ação tapa buraco em trechos da PE-027, próximo ao Armazém Coral e da PE-05, nas mediações do km 0,1 ao km 14, entre os municípios do Recife e Camaragibe.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1289/2019**  
**Autor: Deputado William Brígido**

Apelo ao Secretário de Defesa Social, ao Comandante Geral da PMPE e ao Tenente Coronel do 1º Batalhão da Polícia Militar no sentido de viabilizarem o aumento do policiamento ostensivo na Estrada Lygia Gomes Silva nas proximidades do Coqueiral Park em Olinda.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1290/2019**  
**Autora: Deputada Fabíola Cabral**

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Estadual de Educação no sentido de possibilitar reparos nas quadras das escolas estaduais Professor Nelson Chaves, Vale das Pedreiras e Conselheiro Samuel Mac Dowell, todas no município de Camaragibe.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única da Indicação nº 1291/2019**  
**Autores: Deputado Aglailson Víctor e Deputado Henrique Queiroz Filho**

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação e Esportes de Pernambuco, ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco e ao Reitor da Universidade de Pernambuco – UPE no sentido de implantarem um Campus da UPE no município de Vitória de Santo Antão.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única do Requerimento nº 508/2019**  
**Autora: Deputada Roberta Arraes**

Voto de Aplausos ao Senhor José Nilton Pereira Matias, conhecido como Padre José Nilton, em reconhecimento aos seus nove anos de vida sacerdotal, sua honrosa atuação como Padre na Paróquia Imaculada Conceição, localizada na cidade de Araripina, sempre fazendo o bem a comunidade.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única do Requerimento nº 509/2019**  
**Autor: Deputado Henrique Queiroz Filho**

Voto de Aplausos ao programa jornalístico **Bom Dia Pernambuco** pela passagem dos seus 30 anos de criação.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única do Requerimento nº 510/2019**  
**Autor: Deputado Pastor Cleiton Collins**

Voto de Aplausos ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) pela realização do programa “Eleitor do Futuro” na rede pública de ensino, no último dia 21 de maio.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única do Requerimento nº 511/2019**  
**Autora: Deputada Teresa Leitão**

Voto de Pesar pelo falecimento do estudante Emerson Felisberto da Silva, de 16 anos, que foi assassinado no dia 20 de maio de 2019, dentro da Escola Municipal Professor Antônio Benedito da Rocha, situada no município do Cabo de Santo Agostinho.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

**Discussão Única do Requerimento nº 512/2019**  
**Autor: Deputado Clodolado Magalhães**

Voto de Aplausos à Senhora Liana Ventura, Presidente da Fundação Altino Ventura, pelo recebimento do Prêmio Humanitário, no México.

**DIÁRIO OFICIAL DE - 23/05/2019**

## Parecer

### PARECER Nº 000288/2019

Comissão de Saúde e Assistência Social  
 Parecer ao Projeto de Resolução nº 166/2019  
 Autoria: Deputado Eriberto Medeiros  
 Origem: Poder Legislativo

Parecer ao Projeto de Resolução nº 166/2019, que institui a Campanha de Doação Solidária de Sangue, no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências. Atendidos os preceitos legais e regimentais. **No mérito, pela aprovação.**

#### 1. Relatório

Em cumprimento ao previsto no art. 102 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Resolução nº 166/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, foi distribuído a esta Comissão de Saúde e Assistência Social. Analisada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a proposição foi aprovada quanto aos requisitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, viabilizando assim, discussão do mérito pelas demais Comissões Temáticas pertinentes.

Cumprindo o trâmite legislativo, este Colegiado Técnico deve então avaliar a conveniência da proposição, que institui Campanha de Doação de Sangue, no âmbito do Poder Legislativo, com objetivo de incentivar os deputados estaduais e servidores da Alepe a efetuarem a doação voluntária.

A organização Mundial de Saúde (OMS) indica que o percentual ideal de doadores de sangue em um país seja entre 3,5% a 5% de sua população total. No entanto, a realidade brasileira mostra que apenas 1,8% das pessoas que vivem no país doam sangue, o que causa um sério problema no abastecimento dos bancos de sangue dos hemocentros.

As bolsas de sangue são fundamentais para salvar vidas daqueles que se submetem a tratamentos planejados e intervenções médicas urgentes de grande porte e complexidade, como transfusões, transplantes e procedimentos oncológicos. Além disso, também é imprescindível para que pacientes com doenças crônicas graves - como Doença Falciforme e Talassemia - possam viver por mais tempo e com mais qualidade, além de ser de vital importância para tratar feridos em situações de emergência ou calamidades.

Diante desse cenário, o projeto de resolução em questão institui a “Campanha de Doação Solidária de Sangue”, no âmbito desta Casa Legislativa, com o objetivo de incentivar os deputados estaduais e os servidores da Assembleia Legislativa a efetuarem a doação voluntária de sangue no próprio ambiente de trabalho, evitando dificuldades de deslocamento até um ponto de coleta.

Para isso, a doação voluntária de sangue será realizada semestralmente, preferencialmente, às sextas-feiras, nas dependências da Assembleia Legislativa de Pernambuco, por meio de parceria com banco de sangue mantido por ente estatal, o qual deverá trazer todo o equipamento necessário para coleta. Os órgãos de comunicação da Assembleia Legislativa deverão também garantir a publicidade da campanha, como ferramenta adicional de estímulo à doação.

#### 2.2. Voto do Relator

Realizadas as devidas ponderações, o relator entende que o Projeto de Resolução nº 166/2019, merece parecer favorável deste Colegiado Técnico, visto que a implantação da “Campanha de Doação Solidária de Sangue” no âmbito do Poder Legislativo, estimula a doação voluntária de sangue e contribui para o abastecimento dos bancos de sangue do Estado de Pernambuco.

#### Conclusão

Amparada nos fundamentos apresentados pela relatoria, esta Comissão Permanente conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 166/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros.

**Sala de Comissão de Saúde e Assistência Social, em 22 de Maio de 2019**

**Simone Santana**

**Favoráveis**

Isaltino Nascimento  
 Fabíola Cabral  
 Sivaldo Albino

Simone Santana  
 João Paulo

(REPUBLICADO)

## Atas de Comissões

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2019**

Às dez horas e trinta minutos do dia 23 (vinte e três) do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Gustavo Gouveia, João Paulo, João Paulo Costa,

Priscila Krause, Romário Dias, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Diogo Moraes, e Lucas Ramos, membros suplentes. Compareceram ainda o Deputado Antônio Fernando e a Deputada Juntas. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 04/2019, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Modifica o art. 123-A da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de permitir a apresentação de emendas parlamentares de comissão à lei orçamentária anual), distribuído ao Deputado Romário Dias; Proposta de Emenda à Constituição Desarquivada nº 12/2018, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Acrescenta o § 3º ao Art. 123-A da Constituição do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Complementar nº 179/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 393, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a dispensa de crédito tributário do ICMS, relativamente a operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica, referente ao descumprimento de norma que importe na impossibilidade de utilização dos correspondentes incentivos ou benefícios fiscais.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Dispõe sobre procedimento de segurança na contratação de crédito direto ou consignado, para idosos, pensionistas e aposentados e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 168/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 15.882, de 23 de agosto de 2016, que estabelece normas complementares à Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, no tocante ao benefício do pagamento de meia-entrada para pessoas com deficiência em espetáculos artístico-culturais e esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti, a fim de assegurar às pessoas com deficiência que necessitem ocupar mais de um assento o direito de pagar apenas um ingresso.), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 169/2019, de autoria da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (Ementa: Regula a Aposentadoria Especial do Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 170/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 12.753, de 21 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o comércio, o transporte, o armazenamento, o uso e aplicação, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como o monitoramento de seus resíduos em produtos vegetais e dá outras providências, regulando o armazenamento de agrotóxicos.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 173/2019, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Semana Estadual de Divulgação da Literatura de Cordel nas Escolas.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 174/2019, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 175/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Proíbe a conferência de produtos sem a anuência do consumidor, adquiridos em estabelecimentos comerciais após o pagamento no caixa.), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 176/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para disciplinar a restituição de taxa de matrícula em instituições de ensino superior privado.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 177/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 11.931, de 3 de janeiro de 2001, que proíbe a utilização do cerol no território do Estado de Pernambuco, de autoria do Deputado Manoel Ferreira, para ampliar a restrição de outros produtos que indica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 178/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 11.675, de 11 de Outubro de 1999, que Consolida e altera o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, para incluir a condicionante de aplicação de Imposto de Renda a Pagar sobre o lucro de empresas, beneficiárias do programa, em projetos sócio-culturais-esportivos no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 180/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado de Pernambuco - FET/PE e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER para a elaboração e a execução da política estadual de trabalho, emprego e renda no Estado de Pernambuco.), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 181/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 182/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 277/2015, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Altera os Arts 3º, 4º, 9º, 18, e revoga o § 4º do Art. 8º da lei 14.104/2014 que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 802/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a utilização de material reciclável nas decorações promovidas pelo Poder Público nas datas comemorativas, e dá outras providências.); distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 823/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre princípios, vedações e deveres no âmbito do sistema estadual de ensino e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 868/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres no sistema metroviário do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 890/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Estabelece o valor máximo para pagamento de cachê de artistas contratados pela Administração Pública do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº1006/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a presença de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1066/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a garantia da dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº1170/2017, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui o programa e o selo "Pernambuco Ambiental" no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1395/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração das políticas públicas voltadas à Primeira Infância e dá outras providências.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1409/2017, da Deputada Priscila Krause (Ementa: Altera o art. 11 da Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº1589/2017, de autoria do Deputado Henrique Queiroz (Ementa: Obriga os estabelecimentos comerciais do Estado de Pernambuco a disponibilizar banheiros adaptados ao uso de pessoas ostimizadas.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº1790/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Institui a obrigatoriedade de os órgãos do poder público estadual divulgarem informações detalhadas a respeito dos deslocamentos aéreos realizados sob suas responsabilidades.), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº1914/2018, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Torna obrigatório o "passa-fauna" ou a passagem subterrânea em rodovias estaduais intermunicipais, nas quais haja corredores ecológicos e unidades de conservação, para passagem de animais e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1940/2018, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a regulamentação das entidades caracterizadas como comunidades terapêuticas, que realizam o acolhimento de pessoas, de forma voluntária, com problemas relacionados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Resolução nº 166/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Institui a "Campanha de Doação Solidária de Sangue", no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Resolução nº 172/2019, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Modifica a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o mérito "Agricultura Familiar Deputado Manoel Santos" entre as categorias da Medalha Leão do Norte.), retirado de pauta. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 03/2019, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Acrescenta o art. 81-A à Constituição do Estado de Pernambuco, estabelecendo as Procuradorias dos Municípios e as regras constitucionais gerais para sua instituição e funcionamento.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, na ausência foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 99/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a concessão de remissão e anistia de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos pela legislação tributária estadual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 130/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, na ausência foi distribuído ao Deputado Antonio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 131/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, na ausência foi distribuído ao Deputado Antonio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 01/2019, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Adita-se inciso ao Projeto de Lei nº 131/2019), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi prejudicada. Em extrapauta, foram discutidos os seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 04/2019, de autoria do Deputado Alberto Feitosa (Ementa: Modifica o art. 123-A da Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de permitir a apresentação de emendas parlamentares de comissão à lei orçamentária anual), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Complementar nº 179/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 393, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a dispensa de crédito tributário do ICMS, relativamente a operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica, referente ao descumprimento de norma que importe na impossibilidade de utilização dos correspondentes incentivos ou benefícios fiscais.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Antes de encerrar a sessão, os Deputados presentes aprovaram voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Fernando Coelho. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião,

convocando a próxima para o dia 30 (trinta) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2019

Às dez horas e trinta minutos do dia 7 (sete) do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Isaltino Nascimento, João Paulo, João Paulo Costa, Romário Dias e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes e Teresa Leitão, membros suplentes. Compareceu, ainda, a Deputada Delegada Gleide Angelo. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 200/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Proíbe o uso, a comercialização e a distribuição gratuita de recipientes descartáveis de plástico, nas praias e suas proximidades, no âmbito do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 201/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre o direito ao atendimento preferencial ao usuário acima dos 60 anos no DETRAN-PE, nas CIRETRANS e em seus Postos de Atendimento sem a necessidade de agendamento e dá outras providências), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 202/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre o direito ao atendimento preferencial aos cidadãos com Fibromialgia e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 203/2019, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre medidas de segurança a serem adotadas por administradores de bares, casas de shows, restaurantes e estabelecimentos similares do estado de Pernambuco, visando à proteção das mulheres em suas dependências.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 204/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado de Pernambuco de autoria da deputada Terezinha Nunes, afim de dispor sobre a responsabilidade do agressor em ressarir os custos relacionados ao que for necessário em relação ao animal que sofreu a agressão.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 205/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera o art. 7º da Lei nº 13.389, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta o funcionamento de estabelecimentos que utilizam câmaras de bronzeamento artificial e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, para obrigar tais estabelecimentos a fixarem cartaz informando sobre os riscos da exposição excessiva à radiação ultravioleta), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 206/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade de texto informativo nas embalagens de produtos light.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 207/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências, de autoria do deputado Isaltino Nascimento, para incluir as pessoas com diabetes que tem direito de acompanhante na internação.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 208/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída à rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, de autoria da deputada Teresa Duere, incluindo a proibição do uso de organismos geneticamente modificados.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 210/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Denomina COMPAZ Paulo Freire o Centro Comunitário da Paz no município de Arcoverde.), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 211/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Insere o art. 299-B da Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Mês da Cultura da Paz em Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 212/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 16.205, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre o serviço de fretamento intermunicipal, para adequá-la as necessidades reais do segmento supracitado.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 213/2019, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Altera a Lei nº 13.376, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o processo de Produção Artesanal do Queijo de Coalho e outros produtos derivados do leite, do deputado Claudiano Martins, a fim de incluir outros produtos lácteos artesanais.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Resolução nº 209/2019, de autoria do Deputado Antônio Fernando (Ementa: Modifica a Resolução Nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o mérito "Histórico, Geográfico e Científico José Antônio Gonsalves de Melo", nas categorias da Medalha Leão do Norte.), foi retirado de pauta. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 30/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Determina a prioridade no atendimento e a gratuidade na emissão dos documentos que indica para as mulheres em situação de risco, de violência doméstica, de violência familiar e ocorrências semelhantes.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência foi distribuído à Deputada Teresa Leitão que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 97/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 11.928, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil de Pernambuco - FUNREPOL, institui a Coordenação dos Procedimentos Policiais - COORDPPOL e dá outras providências, a fim de incluir nova fonte de recursos destinada à constituição do Fundo.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 124/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.203 de 14 de novembro de 2017, que obriga os estabelecimentos bancários situados no Estado de Pernambuco a oferecer atendimento prioritário a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou doença grave, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de acrescentar doenças raras e autismo na relação de atendimentos prioritários.), tendo como relator o Deputado Waldemar Borges, foi redistribuído ao Deputado Romário Dias que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 125/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou de indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso, em seus interiores.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 132/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização em todas as Escolas de Ensino Médio em Pernambuco, da cartilha institucional "Contra o bullying - Justiça nas Escolas", produzido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e dá outras providências.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 134/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a redução gradativa dos veículos de tração animal, no âmbito do Estado de Pernambuco e altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de dispor sobre a proibição do uso de veículos de tração animal em área urbana, nas cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 145/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Altera a Lei nº 10.864, de 14 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a iniciativa popular e determina providências pertinentes, a fim de admitir a assinatura digital nos projetos de iniciativa popular.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 159/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de instituir a "Semana Estadual do Profissional de Educação Física"), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, na ausência foi distribuído ao Deputado João Paulo Costa que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 173/2019, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Semana Estadual de Divulgação da Literatura de Cordel nas Escolas.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, na ausência foi distribuído ao Deputado Tony Gel que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 166/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Institui a "Campanha de Doação Solidária de Sangue", no âmbito do Poder Legislativo e dá outras providências), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, na ausência foi distribuído ao Deputado João Paulo Costa que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 194/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Mestre Gennaro Sanfoneiro - José Egenaldo Marcelino da Silva), tendo como relator o Deputado Romero Sales Filho, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 14 (catorze) de maio do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2019

Às dez horas e trinta minutos do dia 14 (catorze) do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, João Paulo, João Paulo Costa, Priscila Krause, Romário Dias e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Moraes, Diogo Moraes, Joaquim Lira, Lucas Ramos e Teresa Leitão, membros suplentes. Compareceu, ainda, o Deputado Joel da Harpa. Então, passou-se à

distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Acresce o art. 98-A à Constituição do Estado de Pernambuco.), distribuída ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 214/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra (Ementa: Institui os Bonecos Gigantes Zé Pereira e Vitalina, de Belém de São Francisco, Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 215/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a oferta e a celebração de empréstimo consignado por telefone, por mensagem de texto SMS ou por aplicativo de mensagens instantâneas.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 216/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Institui o Guia da Saúde Pública Estadual em Pernambuco e dá outras providências), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 217/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 15.210, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as Organizações Sociais de Saúde - OSS, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivando maior transparência na gestão de saúde.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 219/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.633, de 23 de abril de 2012, que cria o Procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em estabelecimentos de saúde públicos e privados no Estado de Pernambuco, para incluir a ampliação do seu alcance aos casos de violência contra criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência.), distribuído à Deputada Alessandra Vieira; Projeto de Lei Ordinária nº 220/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Institui a obrigatoriedade do plano de evacuação em situações de riscos em todos os estabelecimentos de ensino de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 222/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco, a assegurarem ao aluno com deficiência visual o acesso à alfabetização e ao letramento por meio do Sistema Braille de leitura e escrita.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 225/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída à rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Teresa Duere, para incluir o suco de uva na merenda escolar, no cardápio da rede pública de ensino de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 226/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da plena cobertura de fornecimento de água e do saneamento básico ao município que possua manancial explorado por concessionário público ou privado e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1928/2018, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (Ementa: Proíbe a fabricação, comercialização e distribuição gratuita de canudos flexíveis plásticos destinados à ingestão de líquidos e dá outras providências), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 83/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco, a expedirem diploma em braille para os alunos com deficiência visual.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 154/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre a prioridade de pessoas com Aromatose (Albinismo) na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas, no âmbito do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 181/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 3º do Projeto de Lei nº 181/2019, que altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 182/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade.), tendo como relator a Deputada Lucas Ramos, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 186/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir a Semana Estadual da Cultura Pernambucana na rede estadual de ensino.), tendo como relator a Deputada Romero Sales Filho, na ausência foi distribuído ao Deputado Antonio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 191/2019, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, Cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual do Veterano.), tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi retirado de pauta; Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 82/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 82/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, para incluir políticas públicas de atenção às mulheres.), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência, foi distribuído ao Deputado Antonio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados. Em extrapauta, foram distribuídas as seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 231/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 234/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 10.568, de 4 de abril de 1991, que dispõe sobre as atividades de apoio aos Gabinetes dos Deputados e dá outras providências, a fim de regular atividades Parlamentares), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento. Logo após, foram distribuídos e discutidos os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 231/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), distribuído ao Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 234/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 10.568, de 4 de abril de 1991, que dispõe sobre as atividades de apoio aos Gabinetes dos Deputados e dá outras providências, a fim de regular atividades Parlamentares), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Antes de encerrar a reunião, houve a deliberação acerca da dispensa do requisito do art. 274, I, para concessão do Título Honorífico De Cidadão, qual seja: "residência por período superior a cinco anos", conforme § 1º do art. 274-A" do Regimento Interno: Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao músico e ator Nivaldo Expedito de Carvalho, de nome artístico Chaminho do Acordeon) foi rejeitado por não atingir o quorum de dois terços dos votos para dispensa do requisito de residência superior a cinco anos no Estado de Pernambuco, tendo os seguintes votos favoráveis à aprovação: Deputados Lucas Ramos, Joaquim Lira, Gustavo Gouveia, Tony Gel e contrários dos Deputados Isaltino Nascimento, Romário Dias, Teresa Leitão e Diogo Moraes. Já o Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Cantora Alcione.) foi aprovado e deve ser autuado, em conformidade com os requisitos regimentais, tendo votos favoráveis dos Deputados Lucas Ramos, Gustavo Gouveia, Joaquim Lira, Diogo Moraes, Tony Gel, Teresa Leitão e contrários dos Deputados Isaltino Nascimento e Romário Dias. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 21 (vinte e um) de maio do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecilia de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019.

Às onze horas do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Plenarinho III, Deputado Afonso Ferraz, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste Colegiado Técnico, Deputado Lucas Ramos, reuniram-se os seguintes parlamentares titulares: Antônio Coelho, Diogo Moraes, Henrique Queiroz Filho, Sivaldo Albino e Zé Queiroz, e o membro suplente, Tony Gel. O Presidente, constatando a existência de quórum regimental, deu início aos trabalhos colocando em discussão e em votação a Ata da Reunião Ordinária ocorrida no dia 08 de maio de dois mil e dezenove, aprovada pelos deputados presentes e assinada por ele. Passou a seguir à distribuição dos projetos de lei: Projeto de Lei Ordinária nº 225/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída à rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, de autoria da deputada Teresa Duere, para incluir o suco de uva na merenda escolar, no cardápio da rede pública de ensino de Pernambuco.), designando para relatoria o Deputado Zé Queiroz; Projeto de Lei Ordinária nº 226/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da plena cobertura de fornecimento de água e do saneamento básico ao município que possua manancial explorado por concessionário público ou privado e dá outras providências.), designando para relatoria o Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 228/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de obra de arte nas edificações que especifica.), designando para relatoria o Deputado Henrique Queiroz Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 229/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre o estabelecimento de Perímetro Prioritário de Proteção Escolar no entorno das unidades da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências.), designando para relatoria o Deputado Antônio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 231/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.), designando para relatoria o Deputado Diogo Moraes, por ter sido também relator do projeto na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e na Comissão de Administração Pública. Concluída a distribuição dos projetos de lei aos respectivos relatores, passou-se à discussão das seguintes matérias integrantes da pauta: Projeto de Lei Ordinária nº 97/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 11.928, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil de Pernambuco - FUNREPOL, institui a Coordenação dos Procedimentos Policiais - COORDPPOL e dá outras providências, a fim de incluir nova fonte de recursos destinada à constituição do Fundo.), Na ausência do relator, Deputado Isaltino Nascimento foi designado o Deputado Diogo Moraes tendo o

mesmo feito um pedido de vistas ao projeto, concedido pelo Presidente; Projeto de Lei Ordinária nº 181/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.), juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o art. 3º do Projeto de Lei nº 181/2019, que altera a Lei nº 16.562, de 28 de fevereiro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2019 e o Plano Plurianual 2016/2019 às modificações introduzidas pela Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.). Na ausência do relator, Deputado Antônio Moraes foi designado o Deputado Zé Queiroz que o aprovou com abrangência à emenda, seguido pela unanimidade dos membros presentes; Projeto de Lei Ordinária nº 182/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade.), o relator, Deputado Antônio Coelho, reconhecendo o mérito e valor do projeto que pode atrair investimentos para o Estado, argumentou sobre a necessidade de enriquecimento do seu conteúdo no sentido de se evitar a especulação imobiliária e para isso sugeriu condições e regras que deveriam ser apresentadas em emendas a fim de assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no projeto. O Presidente, Deputado Lucas Ramos e os Deputados, Diogo Moraes, Zé Queiroz e Tony Gel se pronunciaram afirmando que as condições e regras sugeridas já estão contempladas no artigo segundo do texto e que constam também nos contratos de compra e venda dos imóveis, não havendo desta forma a necessidade de emendas ao texto. O relator reiterou "enxergar com muito bons olhos o projeto e que estando esclarecida a existência das "amarras", preferia aderir à vontade e sabedoria coletivas entendendo que todas as suas preocupações já estarão atendidas", deu então o seu parecer favorável ao projeto na sua forma original. O Deputado Henrique Queiroz Filho ponderou, porém, que esse assunto deveria ainda ser debatido na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo a fim de se evitar a concorrência predatória. Encerrada a discussão, o projeto foi colocado em votação sem a apresentação de emendas substitutivas e aprovado pela unanimidade dos deputados presentes. O Presidente, Deputado Lucas Ramos, afirmou que deixava registrada nesta Comissão a proposta do Deputado Antônio Coelho e que assumia o compromisso de oficializar as preocupações do Deputado junto a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo para que fossem ainda discutidas no encontro desta com o Presidente do Complexo de SUAPE, Sr. Leonardo Cerquinho, marcado para o dia seguinte. Deu-se prosseguimento a discussão dos projetos restantes da pauta: Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 33/2019), de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a proibição de acessório remoto em estabelecimento revendedor de combustíveis e assemelhados e dá outras providências.). Na ausência do relator, Deputado Isaltino Nascimento foi designado o Deputado Sivaldo Albino, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 34/2019), ao Projeto de Lei Ordinária nº 34/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Determina a obrigatoriedade da coleta da água oriunda do sistema de climatização do ar nas edificações artificialmente climatizadas privadas acessíveis ao público e do controle de qualidade do ar e dá outras providências.), o relator, Deputado Zé Queiroz o aprovou e em discussão com a palavra o Deputado Tony Gel, declarou ser de sua autoria a lei que deverá receber esse acréscimo e depois de discorrer sobre o assunto, esclareceu que o seu projeto, antes de ser submetido à apreciação desta Casa, foi submetido à análise de órgão competente que respaldou todas as propostas nele contidas, concluindo assim pela aprovação do acréscimo proposto que só "enriquecerá" a lei, seguido pela unanimidade dos membros presentes; Substitutivo nº 01/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera a Lei 15.226, de 7 de janeiro de 2014, Código Estadual de Proteção aos Animais, de autoria da ex-Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir o uso de veículos de tração animal, a condução de animais com cargas e o trânsito montado nos centros urbanos de municípios localizados no Estado de Pernambuco que possuam mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e dá outras providências.), ao Projeto de Lei Ordinária nº 134/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a redução gradativa dos veículos de tração animal, no âmbito do Estado de Pernambuco e altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais, originada através do Projeto de Lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de dispor sobre a proibição do uso de veículos de tração animal em área urbana, nas cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.). O projeto de lei foi retirado de pauta, para apresentação na próxima reunião, a pedido do relator, Deputado Aglailson Victor, que em razão de uma pequena intervenção cirúrgica não pôde comparecer a sessão. Dando continuidade à reunião, o Presidente, Deputado Lucas Ramos procedeu à distribuição dos projetos em extrapauta: Projeto de Lei Ordinária nº 233/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga os hospitais, clínicas, prontos-socorros e demais estabelecimentos de saúde, de natureza pública ou privada, a divulgarem nos respectivos sítios eletrônicos as fotografias e demais dados disponíveis de pacientes internados e não identificados no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando para relatoria o Deputado Henrique Queiroz Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 234/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 10.568, de 4 de abril de 1991, que dispõe sobre as atividades de apoio aos Gabinetes dos Deputados e dá outras providências, a fim de regular atividades Parlamentares.), designando para relatoria o Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 235/2019, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação da disciplina de Língua Espanhola na grade curricular das escolas do Ensino Médio na rede estadual de ensino.), designando para relatoria o Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 237/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim (Ementa: Consolida a Legislação Estadual de Proteção e Defesa Animal de Pernambuco e dá outras providências.), designando para relatoria o Deputado Sivaldo Albino. Passou-se então à discussão dos projetos em extrapauta, a seguir: Projeto de Lei Ordinária nº 231/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.). Projeto este colocado em distribuição e discussão nesta mesma sessão por constar na Ordem do Dia no plenário, à tarde, deste mesmo dia. O relator, Deputado Diogo Moraes apresentou parecer favorável ao projeto, bem como a unanimidade dos deputados presentes; Projeto de Lei Ordinária nº 234/2019, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Altera a Lei nº 10.568, de 4 de abril de 1991, que dispõe sobre as atividades de apoio aos Gabinetes dos Deputados e dá outras providências, a fim de regular atividades Parlamentares.), sendo aprovado pelo relator, Deputado Diogo Moraes e pela unanimidade dos Deputados. Em seguida, o Deputado Lucas Ramos, Presidente deste Colegiado Técnico, comunicou o agendamento da reunião do dia 29 de maio de 2019 do corrente ano, extraordinariamente para às dez horas, em razão da apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2019, pelo Secretário da Fazenda do Estado, Décio Padilha, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos parlamentares e declarou encerrados os trabalhos. Do que, para constar, eu, Eliene Regis Brandão Agra, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente desta Comissão, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA OITO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Às dez horas do dia oito de maio de 2019, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife - Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado Antônio Moraes, os Deputados: Delegado Erick Lessa, João Paulo Costa, Joaquim Lira e Romero Sales Filho, membro titular, e os Deputados: Diogo Moraes , Isaltino Nascimento e Simone Santana, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião com apresentação da Ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os Deputados presentes e em seguida, colocou em distribuição os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Complementar Nº190/2019, de autoria do Deputado Marco Aurelio Meu Amigo, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Complementar Nº196/2019, de autoria do Deputado Marco Aurelio Meu Amigo, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 183/2019, de autoria do Deputado José Queiroz, relator Deputado Delegado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 184/2019, de autoria do Deputado Antônio Moraes, relator Deputado Diogo Moraes, relator Deputado Diogo Moraes, Projeto de Lei Ordinária Nº 185/2019, de autoria do Deputado Clóvis Paiva, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 186/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 187/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 188/2019, de autoria do Deputado Adalto Santos, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 189/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 191/2019, de autoria do Deputado Marco Aurelio Meu Amigo, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 192/2019, de autoria do Deputado William Brígido, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 195/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 197/2019, de autoria do Deputado Antônio Moraes, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 198/2019, de autoria do Deputado William Brígido, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 199/2019, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 200/2019, de autoria da Deputada Simone Santana, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária Nº 201/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 202/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 203/2019, de autoria do Deputado Joel da Harpa, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária Nº 204/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 205/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 206/2019, de autoria do Wanderson Florêncio, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 207/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 208/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 210/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária Nº 211/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 212/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 213/2019, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, relator Deputado Joaquim Lira. Em seguida, foi colocado em discussão os Projetos de Lei a seguir: Projeto de Lei Ordinária Nº 033/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho,

alterado pelo substitutivo Nº 01/2019, de autoria da CCLJ, relator Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 034/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, alterado pelo substitutivo Nº 01/2019, de autoria da CCLJ, relator Deputado Joaquim Lira - aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 098/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, alterado pelo substitutivo Nº 01/2019, de autoria da CCLJ, relator Deputado Diogo Moraes – Retirado de Pauta a pedido do Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Nº 100/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, relator Deputado Joaquim Lira - aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 103/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães alterado pela Emenda Modificativa nº 01/2019, da CCLJ relator Deputado Isaltino Nascimento- aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 127/2019, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento - aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 164/2019, de autoria da Deputada Priscila Krause, alterado pelo Substitutivo Nº 01/2019, de autoria da CCLJ, relator Deputado João Paulo Costa - aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Ordinária Nº 171/2019, de autoria do Poder Executivo, alterado pela Emenda Aditiva 01/2019 da mesma autoria, relator Deputado Diogo Moraes – aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 180/2019, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado o Projeto de Lei e rejeitada a Emenda Aditiva Nº 01/2019, de autoria do Deputado William Brígido. Após foi colocado em Extra-Pauta: Projeto de Lei Complementar Nº 099/2019, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Romero Sales Filho - aprovado por unanimidade; Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. Do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Às dez horas do dia quinze de maio de 2019, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife - Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente deste Colegiado Técnico, reuniram-se sob a presidência do Deputado Antônio Moraes, os Deputados: João Paulo Costa e José Queiroz membros titular, e o Deputado: Diogo Moraes membro suplente. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião com apresentação da Ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os Deputados presentes e em seguida, colocou em distribuição os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária Nº 215/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 216/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 217/2019, de autoria do Deputado William Brígido, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 219/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 220/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado João Paulo Costa, Projeto de Lei Ordinária Nº 222/2019, de autoria da Deputada Simone Santana, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 225/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 226/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 227/2019, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo, relator Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 228/2019, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, relator Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 229/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, relator Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária Nº 230/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, relator Deputado Diogo Moraes. Em seguida, foi colocado em discussão os Projetos de Lei a seguir: Projeto de Lei Ordinária Nº 030/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira, alterado pelo substitutivo Nº 01/2019, relator Deputado Romero Sales Filho – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 097/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, relator Deputado Isaltino Nascimento – Retirado de Pauta a pedido de vista do Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária Nº 124/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relator Deputado João Paulo Costa – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 125/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, relator Deputado Diogo Moraes - aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 134/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, relator Deputado Joaquim Lira- Retirado de pauta por pedido de vista do Deputado Romero Sales Filho; Projeto de Lei Ordinária Nº 145/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, relator Deputado Diogo Moraes- Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 159/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, relator Deputado João Paulo Costa - aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 173/2019, de autoria do Deputado Rogério Leão, relator Deputado José Queiroz - aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente colocou em Extra- Pauta para distribuição e votação os seguintes Projetos de Lei Ordinária: Projeto de Lei Ordinária Nº 231/2019, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, relator Deputado Diogo Moraes – aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária Nº 234/2019, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Relator Deputado Diogo Moraes – aprovado por unanimidade. Para tanto, o Senhor Presidente colocou em discussão o horário das Reuniões Ordinárias deste Colegiado Técnico, que deverão acontecer às nove horas e trinta minutos de todas as quartas -feiras, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. Do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente Ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA AOS OITO DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II – Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PR), reuniram-se os Deputados, membros titulares ALESSANDRA VIEIRA (PSDB) e DELEGADO ERICK LESSA (PR), e membros suplentes JOÃO PAULO (PC do B) e LUCAS RAMOS (PSB), sob a presidência do Deputado Delegado Erick Lessa. Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais, e após apresentada a Ata da reunião anterior, colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em distribuição os seguintes Projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 180/2019, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Alessandra Vieira como Relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 183/2019, de autoria do Deputado José Queiroz, ao Deputado João Paulo como Relator; Projeto de Lei Ordinária nº 199/2019, de autoria do Poder Executivo, à Deputada Alessandra Vieira como Relatora. Continuando, o Sr. Presidente passou a Presidência da Reunião para a Deputada Alessandra Vieira, que colocou em discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019, de autoria do Poder Executivo, e passou a palavra ao Relator, Deputado Delegado Erick Lessa, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação, em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, em seguida a Sra. Presidente repassou a Presidência da Reunião de volta ao Deputado Delegado Erick Lessa, que colocou em discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 180/2019, de autoria do Poder Executivo, juntamente com sua Emenda nº 01/2019, de autoria do Deputado Willian Brígido, e passou a palavra à Relatora, Deputada Alessandra Vieira, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação, com acolhimento da Emenda, em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

#### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no plenarinho III, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, conforme o artigo 117 do Regimento Interno deste Poder, reuniram-se os deputados: Clóvis Paiva, membro titular e, Simone Santana e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Registrou e agradeceu a presença do Senhor Leonardo Cerquinho, Diretor-Presidente de SUAPE, com a finalidade de trazer esclarecimentos acerca da discussão sobre a possibilidade de um parceiro público na gestão do Porto de Suape. O Presidente Delegado Erick Lessa também fez menção ao PLO nº179, de Autoria do Poder Executivo, que seria excepcionalmente distribuído e discutido no momento da reunião, mediante a urgência na tramitação, já que estaria na ordem do dia. Com a palavra, Leonardo Cerquinho falou sobre a importância de dar publicidade imediata ao estudo contratado por Suape sobre a viabilidade de parceria privada na gestão do Porto, definindo o melhor modelo a ser adotado. Cerquinho fez uma apresentação sobre o modelo de gestão atual e as dificuldades enfrentadas frente falta de

autonomia do Porto Organizado, em contraposição aos Terminais de Uso Privativo. Suape precisaria de uma mudança regulatória para a retomada de autonomia e para o reposicionamento do Porto no mercado internacional, cuja forma será indicada pelo estudo a ser contratado pelo BNDES. O presidente Delegado Erick Lessa agradeceu ao Diretor-Presidente de Suape, parabenizando-o por ser tão zeloso e preocupado com a coisa pública e a sociedade, sempre se colocando à disposição para esclarecimentos e perguntou sobre como está o andamento deste processo de parceria privada e propôs à Comissão o agendamento de visita técnica à Suape para se aprofundar um pouco mais, conhecendo melhor a realidade local. Cerquinho esclareceu que o estágio ainda é muito incipiente, ainda não se tem um modelo definido, pois o estudo ainda será contratado, mas que já existe o interesse internacional em fazer investimentos no Porto. Com a palavra, a Deputada Simone Santana, cumprimentou todos os presentes e falou que sendo da região, acompanhou de perto tanto o momento de grande desenvolvimento, quanto a desaceleração dos investimentos de Suape e que é de grande importância que Suape se modernize e acompanhe as novas tecnologias, não podendo ficar para trás da concorrência existente. Estando satisfeita com as explicações do Cerquinho, pediu um posicionamento sobre a situação dos estaleiros, da licitação do segundo terminal de contêineres e das empresas instaladas, quais seriam as de maior importância econômica. Cerquinho comentou sobre a situação atual dos estaleiros em relação à falta de demanda da Petrobrás e da necessidade de competitividade para o setor e sobre a expectativa de que o processo licitatório do TECON II seja aberto em julho de 2019 e que em janeiro de 2023, o terminal esteja operacional, sendo a operação de contêineres a atividade mais importante em Suape. A Deputada Simone Santana também questionou sobre a situação da Refinaria, tendo o Diretor-Presidente de Suape informado que a empresa não deu perspectiva de conclusão do segundo trem. Sentindo-se contemplado com os esclarecimentos de Cerquinho e com o debate gerado na Comissão, o Presidente Delegado Erick Lessa agradeceu a presteza e atenção do Diretor-Presidente. Em seguida a Visita Técnica à Suape foi agendada para o dia 16 de maio do corrente ano às 12 horas e trinta minutos. O Presidente iniciou a distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 136/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa determina a utilização obrigatória de dispositivo que indica e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 139/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato sem prescrição médica e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 146/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de terminais de cargas ou porto seco que armazenam produtos tóxicos ou nocivos à saúde humana e ao meio ambiente a disponibilizarem local que indica e dá outras providências. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 149/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa Determina a obrigatoriedade de monitoramento em transporte público que indica e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 150/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa Determina a adoção de medidas de segurança nas áreas que especifica e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 151/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa Dispõe sobre a instalação de placas informativas nos estacionamentos que menciona e dá outras providências. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 152/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do Tema Transversal Doação de Órgãos e Tecidos na disciplina que indica e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 153/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, cuja ementa dispõe sobre a criação do programa de coleta e análise de resíduos plasticizantes e metais pesados em produtos alimentícios produzidos em Pernambuco e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 154/2019, de autoria da Deputada Dulceide Amorim, cuja ementa dispõe sobre a prioridade de pessoas com Acromatose (Albinismo) na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas, no âmbito do Estado de Pernambuco. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 158/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, cuja ementa altera Lei nº 15.736, de 21 de março de 2016, que proíbe a queima de fogos de artifício e assemelhados nos ambientes que especifica e dá outras providências, de autoria do deputado Everaldo Cabral, ampliando a vedação da queima de fogos em ambientes e acrescentando a proibição de comercialização e sultura de fogos com classificação C e D. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 163/2019, de autoria do Deputado Rogério Leão, cuja ementa institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor, e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 167/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa dispõe sobre procedimento de segurança na contratação de crédito direto ou consignado, para idosos, pensionistas e aposentados e dá outras providências. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 170/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, cuja ementa Altera a Lei nº 12.753, de 21 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o comércio, o transporte, o armazenamento, o uso e aplicação, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como o monitoramento de seus resíduos em produtos vegetais e dá outras providências, regulando o armazenamento de agrotóxicos. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 174/2009, de autoria da Deputada Priscila Krause, cuja ementa modifica a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Ordinária nº 175/2009, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, cuja ementa Proíbe a conferência de produtos sem a anuência do consumidor, adquiridos em estabelecimentos comerciais após o pagamento no caixa. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 176/2009, de autoria do Deputado Antônio Coelho, cuja ementa altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para disciplinar a restituição de taxa de matrícula em instituições de ensino superior privado. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Projeto de Lei Ordinária nº 182/2019, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa autoriza SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros a aplicar percentual redutor incidente sobre o valor dos imóveis de sua propriedade. Distribuído para a Deputada Simone Santana. Projeto de Lei Ordinária nº 823/2016, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins. Ementa: Dispõe sobre princípios, vedações e deveres no âmbito do sistema estadual de ensino e dá outras providências. Distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Projeto de Lei Complementar nº 179/2019, de autoria do Poder Executivo. Ementa: Altera a Lei Complementar nº 393, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a dispensa de crédito tributário do ICMS, relativamente a operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica, referente ao descumprimento de norma que importe na impossibilidade de utilização dos correspondentes incentivos ou benefícios fiscais em regime de urgência. Distribuído para o Deputado Clóvis Paiva. Iniciadas as discussões, o Presidente prestou esclarecimentos sobre a urgência em discutir o Projeto de Lei Complementar nº 179/2019, de autoria do Poder Executivo. Iniciada a votação, o PLC nº 179/2019 foi provado em unanimidade. O Projeto de Lei Complementar nº 99/2019, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa dispõe sobre a concessão de remissão e anistia de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos pela legislação tributária estadual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017 foi relatado e após discussão, aprovado em unanimidade. Encerrada a discussão dos projetos, o Presidente passou a palavra aos demais membros da Comissão. O Deputado Sivaldo Albino solicitou o agendamento de Audiência Pública em Garanhuns, tendo ficado definido o dia 24 de maio do corrente ano, às 10 horas, para discutir “Garanhuns: Potencialidades e Vocações. Alternativas de Desenvolvimento Econômico para o município de Garanhuns e Região Agreste Meridional de Pernambuco”. O Deputado Delegado Erick Lessa agradeceu a todos os deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o deputado Delegado Erick Lessa agradeceu a presença dos parlamentares e encerrou a reunião e, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2019.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos, no plenarinho III, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e sob a presidência do deputado Delegado Erick Lessa, conforme o artigo 117 do Regimento Interno deste Poder, reuniram-se os deputados: João Paulo e Romero Sales, membros titulares e Simone Santana, Alessandra Vieira e Sivaldo Albino, membros suplentes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião e deu boas-vindas aos membros do colegiado. Registrou e agradeceu a presença do Consultor-chefe do Núcleo de Orçamento e Economia Cláudio Roberto de Barros Alencar, com a finalidade de trazer esclarecimentos acerca do panorama atual do país sobre o desenvolvimento econômico e turístico, especialmente da região nordeste e de Pernambuco. Com a palavra, o Consultor Cláudio Roberto de Barros Alencar apresentou o informativo econômico no qual foi analisada a situação do país em crise. Esclareceu que há necessidade de se construir políticas públicas em Pernambuco e em outros estados do Nordeste e desenvolver estratégias para atrair recursos para o estado que gerem emprego. Verificou que os empréstimos diminuiram ao longo do ano e que houve crescimento do comércio exterior, a partir do novo panorama da economia através do comércio de automóveis, indústria petroquímica e estaleiro. O turismo com movimentação de passageiros domésticos no embarque e desembarque cresceu em Pernambuco e foi o maior número do Nordeste em 2012. Também houve crescimento na movimentação de voos internacionais entre os anos de 2012 e 2018 no estado com um percentual de 112%. Em contrapartida, os serviços prestados no estado de Pernambuco cairam, ao passo que os serviços turísticos aumentaram. A tendência do mercado para 2019 é um percentual de crescimento de 1,5% em todo o país. Já em Pernambuco, os percentuais são maiores, girando em torno de 9% de aumento na receita líquida nos 2 primeiros meses de 2019. Passou a palavra para o Deputado Delegado Erick Lessa, que prestou os agradecimentos aos convidados presentes. Passou a palavra para o Deputado João Paulo que fomentou o debate acerca do desenvolvimento econômico por região com apoio do governo federal. Solicitou que o Consultor posteriormente pudesse aprofundar melhor nas questões supracitadas. Lembrou da crise econômica pela qual vem passado os estados do Ceará e da Bahia. Levantou questões relacionadas às assembleias dos petroleiros e a possibilidade de privatização. Instigou o trabalho local para investir nos seus potenciais, em cidades como Pesqueira, Lagoa do Carmo e outras. Passou a palavra para o Deputado Delegado Erick Lessa que reiterou o debate sobre o desenvolvimento por regiões, com objetivo de desenvolver os potenciais do polo de confecções no Agreste, SUAPE e Sertão convidando o Governo Federal para atuar com participação ativa. Passou a palavra para o Deputado Presidente da Alepe Eriberto Medeiros, que, registrou e agradeceu a sua presença. Por sua vez, o Presidente ressaltou a importância do corpo técnico da Casa. Comentou acerca do desemprego e da queda do PIB. Passou a palavra para

o Deputado João Paulo, que, agradeceu a presença do presidente e elogiou sua participação ativa nas reuniões das comissões. Passou a palavra para a Deputada Simone Santana, que contribuiu com ressalvas, tendo em vista que nem sempre o desenvolvimento social acompanha o crescimento econômico, propondo alternativas. Ressaltou a importância da agroindústria no estado de Pernambuco. Sugeriu um diagnóstico das vocações e potencialidades locais em parceria com a Consuleg como produto da CDET ao fim do biênio. Passou a palavra para o Deputado Sivaldo Albino, que lembrou das mudanças na economia, exemplificando Garanhuns como ex-produtor e investidor na área industrial. Agora propõe investir nas tecnologias da informação em razão do novo cenário. Lembrou da reunião em Caruaru para debater acerca do potencial de todo o Agreste. Passou a palavra para o Deputado Romero Sales que propôs investimentos na interiorização da economia no desenvolvimento industrial, agropecuária e polo têxtil. Ressaltou que nem sempre o desenvolvimento social acompanha o crescimento econômico. Passou a palavra para a Deputada Alessandra Vieira Comentou acerca dos dados do desemprego e da queda do PIB. Propôs criação de cursos de capacitação em algumas regiões e que é preciso buscar soluções para os empasses atuais. Passou a palavra para o Deputado Lucas Ramos, que, parabenizou à atuação da Consultoria e do Legislativo. Mencionou o trabalho que mantém com Cláudio e com a Consultoria em relação à Comissão de Finanças, na qual é Presidente. Passou a palavra para o Deputado João Paulo, que solicitou da Consultoria os dados do BND, BNDS e dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará para investimentos na área de microcrédito. O Deputado Relator Delegado Erick Lessa sugeriu parceria da CDET junto com o Porto Digital. Expôs sobre o incêndio da Sulanca e propôs uma visita técnica na próxima segunda-feira à Sulanca. Frisou a visita técnica em Suape no dia 16/05/2019 e a Audiência Pública em Garanhuns no dia 24/05/2019. Por fim, solicitou à Consultoria o diagnóstico regional e anual. O Presidente iniciou a distribuição dos seguintes projetos: Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 98/2019, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cuja ementa obriga os Centros de Formação de Condutores localizados no Estado de Pernambuco a oferecer condições específicas para o atendimento das pessoas com deficiência e dá outras providências, distribuído para o Deputado Romero Sales Filho. Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019, de autoria do Governador do Estado, cuja ementa ratifica Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de BAHIA, MARANHÃO, PERNAMBUCO, CEARÁ, PARAÍBA, PIAUI, RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS e SERGIPE, para a constituição de consórcio interestadual com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na Região Nordeste distribuído para o Deputado Romero Sales Filho. Foram incluídos extrapauta o Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 125/2019, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, cuja ementa dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou de indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso, em seus interiores, distribuído para o Deputado Sivaldo Albino. Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 134/2019, de autoria do deputado Romero Albuquerque, cuja ementa versa sobre a redução gradativa dos veículos de tração animal, no âmbito do Estado de Pernambuco e altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de dispor sobre a proibição do uso de veículos de tração animal em área urbana, nas cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, distribuído para o Deputado Delegado Erick Lessa. Em seguida, o Deputado Delegado Erick Lessa prestou esclarecimentos sobre o PLO nº134/2019 e solicitou a contribuição dos demais membros da Comissão na discussão. Iniciada a votação, o Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 98/2019 foi aprovado em unanimidade. O Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019 foi aprovado em unanimidade. O Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 125/2019 foi aprovado em unanimidade. O Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 134/2019 foi aprovado em unanimidade. O Deputado Delegado Erick Lessa agradeceu a todos os deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o deputado Delegado Erick Lessa agradeceu a presença dos parlamentares e encerrou a reunião. E, para que tudo fosse registrado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2019.

Às dez horas do dia oito de maio de dois mil e dezenove, reuniu-se no Plenarinho I, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, a Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco, sob a presidência da deputada Roberta Arraes, estando presentes os deputados Isaltino Nascimento e Alessandra Vieira, havendo quórum regimental, a presidente deu por iniciada a reunião saudando a todos, apresentando a ATA da reunião anterior que foi aprovada por todos. Em seguida, a presidente distribuiu os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária nº 183/2019, de autoria do Deputado José Queiroz, relatora Deputada Alessandra Vieira; Projeto de Lei Ordinária nº 189/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, relatora Deputada Roberta Arraes; Projeto de Lei Ordinária nº 202/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 205/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relatora Deputada Alessandra Vieira; Projeto de Lei Ordinária nº 206/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 207/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relatora Deputada Alessandra Vieira; Projeto de Lei Ordinária nº 208/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, relatora Deputada Roberta Arraes; Projeto de Lei Ordinária nº 213/2019, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1395/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause, relatora Deputada Roberta Arraes; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1409/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause, relator Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Desarquivado nº 1940/2018, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, relatora Deputada Alessandra Vieira; Na sequência, foi colocado em discussão os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária nº 103/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, relatora Deputada Alessandra Vieira, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019, de autoria do Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara, relatora Deputada Roberta Arraes, aprovado por unanimidade. Como Extra Pauta, a presidente faz a leitura para conhecimento de todos, do Projeto de Resolução Desarquivado nº 1913/2018, que já fora tramitado em todas as Comissões. Não havendo nenhum outro assunto na pauta, a presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada através de edital a ser publicado no Diário Oficial. Para registro, eu, Socorro Rodrigues, assessora da Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco, lavrei a presente ata que segue para publicação no Diário Oficial, após assinada, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS BARRAGENS DE PERNAMBUCO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Às dezesseis horas do dia trinta de abril do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, Recife Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente desta Comissão Especial, reuniram-se sob a presidência do Deputado Antônio Moraes os seguintes Deputados: Clóvis Paiva, Romero Sales Filho, Tony Gel e William Brígido, membros titulares, e os Deputados: Gustavo Gouveia e Roberta Arraes, membros suplentes. Houve ainda a presença das seguintes autoridades: Deputado Henrique Queiroz Filho, ex-Deputado Henrique Queiroz; Tarcísio Montenegro Amaral Ribeiro, Secretário Executivo de Articulação Social, representando a Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco e Marco Polo Cavalcante Puniol, Gestor de Construção de Barragens, pela Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco; Marcello Fuchs Campos Gouveia, Prefeito, Lauro Henrique Chaves, Procurador Geral e Antônio Candido Ferreira, Vereador, todos representando o Município de Paudalho; pela APAC Suzana Montenegro, Presidente e Crystianne Rosal, Diretora de Regulação e Monitoramento; Simone de Albuquerque Melo, Diretor Regional do Interior, representando a Compesa; Jorge Cavalcanti de Petribu, Conselheiro e Luís Paulo Pessoa Guerra, Gerente Jurídico, pela Usina Petribu S/A; a Casa Militar esteve presente na pessoa do Tenente Coronel, Leonardo Rodrigues dos Santos, Coordenador de Engenharia da Defesa Civil; ainda esteve presente a Geóloga, Ranjana Yadán. Atingido o quórum regimental o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião com apresentação da Ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os Deputados presentes. Em seguida o Presidente registrou que a apresentação do relatório de visita, realizada de acordo com o cronograma estabelecido na reunião anterior, está disponível no grupo para que os demais deputados possam fazer suas considerações com reparos, se necessários, de modo que a assessoria tome as providências cabíveis. Ainda com a palavra, o Presidente se pronunciou a respeito da indefinição da real capacidade de acumulação da barragem de BICOPEBA, fazendo questionamento aos órgãos presentes bem como ao proprietário se alguém poderia definir com exatidão aquele volume. O Deputado Gustavo Gouveia, esclareceu que quando a prefeitura de Paudalho se refere a um milhão de metros cúbicos o faz com base no laudo da APAC. O Presidente da Comissão informou que o Ministério Público enviou e-mail a Comissão dizendo da impossibilidade do seu comparecimento a essa reunião face compromissos assumidos anteriormente relatando em seu e-mail que a intenção do Parquet é a solução do problema; logo, está à disposição para após conhecimento dos termos de acordo que venha a ser firmado pelas partes no âmbito dessa comissão poder pactuar juntamente visando a suspensão por até seis meses ou até mesmo, em sendo o problema resolvido arquivar o inquérito. Prosseguiu o Presidente dizendo que a intenção dos membros da Comissão quando resolverem convidar todos os senhores é que se chegue a um acordo que atenda a todas as partes envolvidas, salientando que se não houver esse acordo, segundo o proprietário da barragem, será dado cumprimento a determinação da APAC, acelerando o processo de esvaziamento, além de como dispôs o Promotor de Justiça, será distribuído a competente Ação Civil Pública. O Presidente apresentou a todos fotos e vídeo elaborados quando da visita *in loco* a barragem. O Prefeito de Paudalho, pediu a palavra ao Presidente para fazer uma explanação resumida da situação histórica do abastecimento do distrito de Guadalajara, cuja a água é capitada da Barragem de BICOPEBA. Ressaltou que essa captação ocorre há aproximadamente trinta anos por total ausência do Poder Público Estadual pois o abastecimento d'água não está dentre as obrigações municipais; que há dois anos em abril/maio houve o evento Pernambuco em Ação em carpina, onde o Governador Paulo Câmara autorizou a licitação das obras de abastecimento de água de Guadalajara, que tem hoje uma população aproximada de doze mil habitantes, tendo ali assinado

um convênio entre a Prefeitura de Paudalho e a COMPESA, que assumiria de vez o abastecimento. Ressaltou que a Prefeitura no ano de 2017 foi notificada pela usina Petribu sobre a necessidade de uma manutenção da barragem, assim solicitou a Defesa Civil que fosse feita uma vistoria na qual foi detectado um risco de nível 2, e por isso feitas algumas recomendações. A licitação referida demorou mais de um ano para começar, acredita-se que em seis a oito meses, de acordo com o andamento dos serviços as obras serão concluídas, devendo então a COMPESA assumir o abastecimento de Guadalajara. Após o desastre de Brumadinho, a Usina notificou novamente a Prefeito que solicitou mais uma vez o posicionamento da Defesa Civil, onde o grau de risco subiu de dois para três, porém o Município não possui capacidade financeira para arcar com a obra de grande vulto nem capacidade técnica. A grande aflição do Município é que se caminhar do jeito que está há o risco de rompimento, mas se secar, haverá doze mil pessoas sem água disponível. O prefeito frisou mais uma vez que esse serviço é responsabilidade da COMPESA, pois o convenio foi firmado desde 2017 e que embora a prefeitura há trinta anos exerça a distribuição de água, esta não é uma obrigação municipal e mais, que é de conhecimento de todos a situação financeira dos Municípios, tornando a manutenção da barragem de BICOPEBA insustentável ao Município de Paudalho. O Presidente passou a palavra para a Dra. Suzana Montenegro, Presidente da APAC, que assim se pronunciou: A APAC recebeu um comunicado da Usina Petribu informando a necessidade de manutenção da barragem de BICOPEBA e que não tinha mais nenhum interesse na operação da mesma, face ao comunicado, mesmo sem estar afeto as suas ações, foi feita uma vistoria e nela foi constatado a real situação de risco em que se encontra a barragem o que gerou de parte da APAC uma comunicação aos empreendedores, Prefeitura e Usina, elencando as ações a serem desenvolvidas para a recuperação da mesma. Decorrido um mês a APAC recebeu em sua sede representantes da Prefeitura e da Usina, em reunião visando encontrar uma solução uma vez que a barragem estava classificada como de risco. Em razão da ausência de providências, foi sugerido que a barragem fosse esvaziada para eliminar o agente do risco que é a água. Não tem a APAC condições de dizer qual o nível de segurança e que estamos na quadra chuvosa. Quanto a mancha em caso de rompimento atingiria a comunidade de Tiama e uma ponte existente na PE 104. Com a palavra o representante da Defesa Civil Estadual, informou que o órgão está tomando todas as providencias em relação à situação da barragem com intuito de evitar danos. Que a pedido da Prefeitura fez uma vistoria em 2017 tendo da vistoria sido lavrado uma lista de providencias a serem tomadas. Em 2019 retomaram a pedido da APAC, para classificar o risco a nível de Defesa Civil; relatou sobre as normas que regem a política nacional de segurança de barragens onde é definida a responsabilidade dos atores. Por fim informou que a Defesa Civil recomendou, orientou e está à disposição dos órgãos públicos para poder auxiliar na prevenção em caso de necessidade da existência de algum evento relacionado com a barragem em discussão. A Defesa Civil está em permanente contato com as partes envolvidas, principalmente por estamos na quadra chuvosa, por medida de segurança, acertada, a APAC orientou pelo esvaziamento e o que resta é que o empreendedor obedecendo as normas apresente o plano de segurança. O presidente em seguida salientou a importância do trabalho dessa Comissão Especial, tendo em vista que no estado de Pernambuco não existe um plano de ação emergencial de barragem, sequer, e que será em breve colocado em ação pelo DNOCS o primeiro plano referente à barragem de jucazinho. Outro fato que chamou a atenção é que as barragens de Pernambuco sejam públicas ou privadas não têm nenhuma manutenção. O Estado tem 129 barragens sem donos, a comissão está mapeando tudo isso e ao final será apresentado proposta para solução desses problemas. Passou a Palavra ao representante da Usina Petribu, que se expressou da forma a seguir: Em momento algum durante 30 anos foi feita qualquer fiscalização na barragem e que toda questão aqui tratada foi levantada pela Usina através de comunicação ao Ministério Público, Prefeitura, APAC, Governo do Estado, etc. Informou para cumprir notificação da APAC continuará com o esvaziamento da barragem, e que a usina já modificou o sistema de captação para o sistema de balsa móvel para atender o mínimo necessário para o abastecimento enquanto mantém o esvaziamento. Em seguida falou o representante da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, que em razão de o Estado não ter a cessão pública da barragem não pode ser feito nenhum investimento na mesma. Que a secretaria vai aguardar a apresentação dos laudos contratados pela Usina para poder definir se existe possibilidade de operar a que nível a barragem. O presidente informou à senhora Simone representante da COMPESA sobre a oferta da Petribu de fazer um Comodato por 01 ano para que o governo assumisse a responsabilidade total pela operação da barragem e também o risco sobre essa operação. Ademais interpelou a mesma sobre como foi feito um convenio para o abastecimento do Distrito de Guadalajara, sem nenhuma injeção com o proprietário da barragem. Nesse ponto o Prefeito de Paudalho informou que na reunião com a COMPESA foi acertado que a captação seria de BICOPEBA. A representante da COMPESA após algumas considerações genéricas sobre as barragens operadas pelo Órgão, especificamente sobre a barragem de BICOPEBA falou que na realidade existe um projeto em andamento que monta em torno de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) onde está em obra a rede distribuidora, construção do reservatório e estação de tratamento. Foi pensada a distribuição a partir da barragem de BICOPENA, porém não era do conhecimento da COMPESA a situação de risco da barragem. Existe uma segunda opção, uma terceira opção existem várias outras opções, inclusive captar de Goitá. Acontece que a Usina contratou uns estudos que vão apresentar toda a situação real da barragem, fato que a COMPESA não pode DETERMINAR por não ter dados, porém a COMPESA só pode fazer qualquer coisa a partir da conclusão dos estudos da usina para aí tomar uma decisão de onde vai partir a captação. Por fim qualquer posição da COMPESA sobre o nível mínimo de segurança a ser mantido para não ocorrer o desabastecimento da Guadalajara somente se dará após o conhecimento dos estudos contratados; com a palavra o Dr. Jorge Petribu se pronunciou sobre a sua estranheza como todos estão tratando a barragem como uma coisa pública quando se trata de uma propriedade privada e da sua certeza de que em ocorrendo qualquer acidente que irá responder civil e criminalmente será a Usina como proprietária. Que quando a Usina deu permissão para uso da água o fez para uma pequena vila que hoje tem a proporção aqui já referida por todos. Reforçou a posição da Usina de secar a barragem pois não está disposto a responder por responsabilidades de uma tragédia que se ocorrer será por interesse do poder público e nunca da Usina. A única forma de não esvaziar será por determinação judicial. Reiterou a disposição de conceder por um ano em comodato, desde que seja retirada da Usina a responsabilidade civil e criminal. Não existe batimetria mais o açude tem 32 metros de lamina d'água, deve ter mais de 3.000.000 (três milhões) de metros cúbicos e se acontecer um acidente pega toda a parte ribeirinha de Tiama e São Lourenço. Passando a palavra aos deputados, em primeiro lugar falou o Deputado Gustavo Gouveia, relatou sobre a disponibilidade da Usina e a total falta de apoio do governo, que se que se dispôs a colocar uma balsa boia para melhorar a captação de água, quando instado a isso no momento da visita por meio do representante da COMPESA. O Deputado Clóvis Paiva falou no mesmo sentido, reiterando a necessidade de uma solução para que não caia sobre os empresários uma responsabilidade que não lhes cabe. A Geóloga, Ranjana Yadán também se referiu sobre o assunto expondo sua experiência e apresentando sugestões para o momento. Em seguida falou o Deputado William Brígido que reforçou a posição de todos os que lhe antecederam em relação à necessidade do governo assumir sua responsabilidade nesse caso pois todos os demais antes da relação estão dispostos a resolver o problema só o governo não se apresenta para assumir sua parte. Nesse aspecto pergunta o que a Comissão poderia fazer, um requerimento, uma visita ao palácio, o que seria necessário para o governo fazer alguma coisa para evitar uma tragédia anunciada. O Deputado Henrique Queiróz Filho, também se pronunciou nos mesmos termos dos seus demais pares sempre reforçando a necessidade de uma solução que não prejudicasse a população, mas que também não viesse a prejudicar vidas à jusante da barragem. Relatou a importância da Comissão e da necessidade da continuação dos seus trabalhos, buscando a evitar que vidas humanas sejam colocadas em risco por inadimplência de quem seja responsável pela manutenção das barragens que no presente caso é de uso da Prefeitura, porem os riscos sendo mantidos para os proprietários, situação que não pode continuar. Com a palavra o Relator da Comissão, Deputado Romero Sales Filho, também adentrou no mérito já tratado por todos os demais pares, é preciso que o Governo do Estado deixe a inércia de lado e passe a fazer a sua parte, pois a responsabilidade do abastecimento não é da Prefeitura e sim do Estado. Se a Compesa está fazendo o estudo em 25 barragens porque não fazer da barragem de BICOPEBA. O ex-Deputado Henrique Queiróz, relatou sobre a posição da COMPESA de dizer que não pode fazer nada por a barragem ser privada, porem investe cerca de 2.500.000,00 em obras para captar água dessa barragem pública sem qualquer contato com o proprietário. Ressaltou a possibilidade de se resolver tudo com o Comodato é só o Governo querer. O Deputado Tony Gel ressaltou a razão de estar o proprietário da Usina angustiado com a situação, do Prefeito pela possível falta de abastecimento do seu Distrito e de todos os membros da comissão que verificaram *in loco* a real situação de risco da barragem. Defendeu a posição da COMPESA argumentando que na realidade ela não pode hoje investir na barragem. Sugeriu que se aguardasse o laudo contratado pela Usina para se vislumbrar uma solução. O Presidente com a palavra sugeriu finalmente que a forma de se resolver seria o Comodato de um ano, retirando do risco o proprietário da barragem e que isso fosse visto até segunda feira. Como o mais importante no momento e o laudo, propôs que após a Usina receber o laudo seria marcado uma reunião na Prefeitura de Paudalho onde sentaria todo mundo inclusive um representante dessa Comissão. Reforçando que ao seu entender o melhor seria o comodato. Agradeceu a todos e como nada mais houvesse a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. E do que para tudo constar, foi lavrada e digitada a presente ata que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

## Portaria

### PORTARIA Nº 142/19

**A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Ofício nº 73/2019, do **Deputado Antônio Moraes**, **RESOLVE**: lotar na Comissão de Administração Pública, a servidora **CARMEM SOLANGE COUTINHO**, matrícula nº 363, Técnico Legislativo, especialidade Processo Legislativo, NII10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder.

Sala Austro Costa, 24 de maio de 2019.

**CHRISTIANE VASCONCELOS**  
Superintendente Geral